



2º ENAU

ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

RECIFE - PERNAMBUCO

CARTA DO COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA - CNAU

POR OCASIÃO DO 2º ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA - ENAU

Recife, 30 de julho a 02 de agosto de 2025

Após 10 anos do 1º Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado no Rio de Janeiro em 2015; tendo passado por um período de ameaças à democracia e retrocessos nas políticas públicas no Brasil entre os anos 2016 e 2022; pela pandemia de Covid19, aumento da fome e da pobreza; mas também de resistência da sociedade civil e das redes de agricultura urbana, voltamos a nos encontrar em Recife, no 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana, entre os dias 30 de julho e 02 de agosto de 2025. A sede do encontro foi a Fiocruz Pernambuco, como resultado de uma importante parceria com a Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (CAAPS), e carrega profundo significado simbólico e estratégico. A Fiocruz, referência nacional em saúde pública e coletiva, reafirma, ao sediar o evento, a intrínseca conexão entre saúde e agricultura urbana. Cultivar alimentos nas cidades é, também, cuidar da saúde – do corpo, do território e das relações sociais. É promover alimentação saudável, prevenir doenças, combater a fome e fortalecer os laços comunitários. Essa união de forças amplia as lutas por justiça ambiental, climática e social.

Celebramos que o Encontro esteja acontecendo exatamente na semana que foi anunciado que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome! Sabemos que precisamos seguir na luta pela construção da soberania alimentar, da garantia da alimentação saudável e de qualidade e pelo reconhecimento do papel da agricultura urbana e da agroecologia nessa construção. Por outro lado, repudiamos veementemente o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que fragiliza os instrumentos de licenciamento e controle ambiental do nosso país e representa um grave ataque às áreas protegidas e aos povos e comunidades tradicionais defensores do território. Clamamos pelo veto total do Presidente Lula e abertura de um processo democrático e participativo para a construção de uma nova proposta de licenciamento ambiental! Esse ataque às áreas protegidas afeta vários territórios com presença de experiências de agricultura urbana e agroecológica.

Reunimos aproximadamente 300 agricultoras/es urbanas/os, técnicas/os de instituições de assessorias governamentais e não governamentais, professoras/es e pesquisadoras/es, gestoras/es

públicas/os, representantes de redes territoriais e experiências de agricultura urbana de 20 estados das 5 regiões do Brasil, sendo em sua maioria mulheres que cuidam das pessoas, da natureza, das cidades e representam as múltiplas identidades e conexões das agriculturas urbanas: são cozinheiras, raizeiras, processadoras, pescadoras, artesãs, faveladas e periféricas, quilombolas, indígenas, povos de terreiro, pessoas LGBTQIAPN+, participantes de movimentos de luta por moradia, participantes de hortas comunitárias e tantos outros sujeitos.

A partir das reflexões realizadas pelas redes territoriais do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, destacamos 4 pontos que consideramos ser necessários para o fortalecimento e impulsionamento da agricultura urbana no Brasil:

1- Fortalecimento dos sujeitos da agricultura urbana e das alianças com movimentos de lutas por direitos

As ações políticas de agricultura urbana devem fortalecer sujeitos historicamente excluídos e invisibilizados e que são os principais praticantes da agricultura urbana: mulheres pretas periféricas residentes em comunidade de favelas, quilombos, originárias de comunidades tradicionais indígenas, caiçaras, pescadoras, migrantes de áreas rurais, representantes de povos de terreiros, que vivem e praticam a agricultura urbana como meio de vida, autonomia, auto organização, promoção da saúde, reprodução cultural, garantia de economias familiares e comunitárias. A agricultura urbana levanta as bandeiras do direito à cidade, da moradia social, do saneamento ambiental, da saúde coletiva, da implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, da promoção da agroecologia, da afirmação do feminismo e pelo fim das desigualdades de gênero, da luta antirracista, da justiça ambiental, dentre outras lutas por garantia de direitos dos grupos e populações marginalizados na sociedade, viventes nas periferias.

2- O protagonismo das redes territoriais de agricultura urbana no desenho, implementação e monitoramento de políticas públicas

Na perspectiva da democracia participativa, as redes territoriais de agricultura urbana protagonizadas pela sociedade civil devem ser não só interlocutoras e sujeitos, mas também promotoras de políticas públicas. Queremos construir junto dos governos as políticas que vão beneficiar os/as agricultores/as urbanos/as do país! Essas políticas devem valorizar as experiências em curso, priorizando os territórios de favelas e periferias urbanas e os sujeitos coletivos e redes aí presentes, incentivando a adoção de tecnologias sociais agroecológicas e de economias solidárias.

3- A construção de conhecimentos agroecológicos na agricultura urbana

Na construção de conhecimentos agroecológicos, destacamos o papel dos processos de formação pautados na educação popular e nos intercâmbios de experiências comunidade a comunidade e a interação dos grupos populares com instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão (Universidades, Embrapa, Emater, Fiocruz, dentre outras). Consideramos fundamental para o fortalecimento e impulsionamento da agricultura urbana no Brasil o resgate e a valorização dos saberes tradicionais articulando as experiências de agricultura urbana nos territórios com os

equipamentos públicos locais (CRAS, escolas, unidades de saúde, CAPS, cozinhas solidárias, dentre outros). Assim, no sentido de construir uma assessoria técnica contextualizada para a agricultura urbana, referendamos o trabalho histórico desenvolvido pelas organizações da sociedade civil.

4- Espaço de diálogo governo-sociedade civil na Política Nacional de Agricultura Urbana

Reivindicamos um espaço amplo de diálogo do governo com a sociedade civil do planejamento à avaliação da Política / Programa Nacional de Agricultura Urbana para definição de prioridades de ações, processos e uso dos recursos públicos. Esse diálogo deve ter por diretriz os princípios da intersetorialidade e da territorialização das políticas, considerando as agendas da agroecologia, da reforma urbana e do direito à cidade como fundamentais para que as políticas de agricultura urbana sejam de fato produtoras de justiça social e ambiental. Reivindicamos ainda que o governo federal garanta orçamento adequado para a Política / Programa Nacional de Agricultura Urbana.

Diante do exposto, o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana apresenta as seguintes propostas para o governo federal no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Urbana:

- A realização de uma reunião entre Governo Federal e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana para avaliação do 2º ENAU, atualizações e indicações de prioridades para o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana ainda no segundo semestre de 2025;
- Ampliação do Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana, com a integração e implicação dos Ministérios da Cidade, Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia;
- Construir políticas públicas voltadas às experiências de redes populares de agricultura urbana em territórios periféricos junto à Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, considerando que o 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana reuniu representantes de periferias de 20 estados brasileiros;
- Ampliação do Prêmio de Agricultura Urbana para o fortalecimento de experiências nos territórios, com formato desburocratizado para inscrição, seguindo a referência do Prêmio Periferia Viva;
- A criação de editais para a estruturação de experiências nos territórios voltados, prioritariamente, para organizações da sociedade civil, construídos junto com o CNAU;
- O financiamento de projetos, prioritariamente via organização da sociedade civil, para o fortalecimento das redes territoriais e do CNAU, em capitais e regiões metropolitanas, pequenos e médios municípios, prevendo formação, intercâmbios e encontros regionais e nacional de agricultura urbana (3º ENAU);
- A continuidade e expansão do projeto de construção do conhecimento sobre agricultura urbana, saúde e agroecologia coordenado pela Fiocruz em parceria com o CNAU e com as redes territoriais de agricultura urbana;
- A realização da 1ª Feira Nacional da Agricultura Urbana em 2026.

O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana reforça o seu compromisso em articular redes territoriais e experiências de agricultura urbana no Brasil. Reforça suas parcerias com os movimentos sociais do campo, das águas, das florestas e das cidades na luta pela garantia de direitos. Reforça o seu compromisso no diálogo com as instituições públicas na execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão. Reforça o seu compromisso com o governo federal na elaboração, monitoramento e execução de políticas públicas.

Ressaltamos o convite para estarmos juntas em dois eventos importantes para avançar na agenda da agricultura urbana no Brasil, que são o 13 Congresso Brasileiro de Agroecologia, que acontecerá de 15 a 18 de outubro de 2025 em Juazeiro (BA) e o V Encontro Nacional de Agroecologia que acontecerá no primeiro semestre de 2026.

Cidades que plantam! Agroecologia na luta contra a fome e por justiça climática!

A Agricultura Urbana que praticamos e compreendemos, com seus vários significados e diversidades de atores, contribui para que os espaços urbanos produzam vida digna para todos os povos.

Nesse sentido, celebramos toda essa construção e convocamos todos, todas e todes para realizarmos juntas o 3º Encontro Nacional de Agricultura Urbana em 2028!

Recife, 01 de agosto de 2025

Coletivo Nacional de Agricultura Urbana